



# **CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA**

*Estado de Minas Gerais*

## **REQUERIMENTO Nº 232/2008**

Sr. Presidente,

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, requer a Vossa Excelência seja enviado Ofício ao Promotor de Justiça curador do Patrimônio Público, Dr. Eduardo de Paula Machado, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa se foi tomada alguma iniciativa por parte do Ministério Público local quanto à interrupção do pagamento do 13º subsídio ao Prefeito e Vice-Prefeito.

### **JUSTIFICATIVA:**

Tenho verificado a publicação de matérias na imprensa escrita estadual informando que o MPE, na pessoa do Procurador Geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior, passou recomendação a todos os 853 municípios do Estado quanto à irregularidade do pagamento do 13º aos prefeitos e vice-prefeitos.

Noticia-se também diversas Ações de iniciativa do Ministério Público requerendo o não pagamento do 13º subsídio, bem como, a devolução dos valores recebidos indevidamente por serem inconstitucionais.

Na cidade de Formiga o Ministério Público ajuizou ação no dia 27/11/2008, quinta-feira, neste sentido. Em Manhumirim, a mesma coisa. Tudo conforme cópia das matérias que seguem anexas.

Em nosso Município, atendendo solicitação de minha autoria, o MP ajuizou Ação Civil Pública em face dos Vereadores para exigir a devolução do 13º subsídio recebido indevidamente no ano de 2006. Eu já tinha feito minha devolução logo que recebi, por entender que é totalmente inconstitucional.

A posição do Prefeito e do Vice é a mesma, pois, são agentes políticos e membros do Poder Executivo. Logo, não poderiam receber o 13º subsídio. A solicitação e o entendimento do Ministério Público Estadual é clara e objetiva. Ou seja, no caso da existência do pagamento, a determinação é suspendê-lo imediatamente. Caso contrário, o MP vai propor ADI no Tribunal de Justiça pedindo a suspensão do benefício.

Em Lagoa da Prata ainda não tivemos notícia de ação neste sentido, mesmo sabendo que o Prefeito e seu Vice recebem o 13º subsídio. Por isso, apresento este Requerimento e aguardo posicionamento do Ministério Público local.

Sala das sessões, 1º de dezembro de 2008.

**NATINHO**  
**Vereador**